

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

PARÂMETROS E PROFESSORES

Núria Hanglei Cacete
Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 133-136, ago., 1996.

Versão online disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38725/26363>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - ago., 1996

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

PARÂMETROS E PROFESSORES

Núria Hanglei Cacete *

“Toda política educativa é, de alguma forma, uma sugestão e uma imposição de práticas, tanto maior quanto mais intervencionista for nos processos pedagógicos e quanto menos capacidade de contestação, réplica e participação tiverem os professores.” Sacristán

Temos vivenciado um processo de desvalorização da profissão docente, marcada pela consolidação da tutela político estatal sobre o professorado em consonância com a degradação do seu estatuto sócio profissional e econômico. Os professores são vistos como profissionais despreparados, como funcionários que tem sua vida cotidiana sujeita a normas administrativas e regulações burocráticas.

Reflexões e pesquisas recentes sobre a formação e a profissão docente buscam entender o professor como um profissional intelectual em processo permanente/contínuo de formação. Colocam a necessidade de se formar professores como profissionais autônomos, críticos e reflexivos, entendendo que sua formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos, ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal (Nóvoa, 1992). A formação do professor é então entendida, em muitas dessas formulações, como auto-formação na medida em que os professores reelaboram os seus saberes iniciais a partir de suas experiências práticas vivenciadas nas escolas.

Na verdade parte-se do pressuposto que os saberes adquiridos não se compõem de um corpo de conhecimentos único e acabado e que os problemas da prática profissional docente não são meramente instrumentais (portanto passíveis de aplicação de técnicas e teorias), mas são situações problemáticas que obrigam a decisões num terreno de grande complexidade, singularidade, incerteza e conflito de valores (Schön, 1990 apud Nóvoa). São portanto situações singulares que exigem respostas únicas necessitando um profissional que constantemente reflita na e sobre a prática. Valoriza-se portanto o trabalho crítico reflexivo sobre suas práticas e res-

salta-se a importância do saber da experiência. Essas idéias vão se contrapor ao paradigma dominante da racionalidade técnica/instrumental que concebe o professor como um “aplicador” de normas, valores e diretrizes curriculares.

Essas concepções estabelecem uma relação estreita entre formação e profissão docente como estratégia de valorização do professor que deve se constituir como sujeito/protagonista na implementação de políticas educativas.

Ora, toda essa discussão choca-se de frente com a situação que vivenciamos hoje com a decisão governamental de estabelecer Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O recente documento do Ministério da Educação e do Desporto (1995) contém uma versão preliminar dos parâmetros que nortearão o currículo da escola fundamental. Tal documento contém, mais do que uma declaração de intenções, uma série de diretrizes e ações que o Ministério pretende ver concretizadas nas escolas. É óbvio que a implementação desse currículo depende fundamentalmente dos professores que atuam diretamente nesse grau de ensino. Entretanto a elaboração dos PCNs prescindiu da participação dos professores caracterizando (mais uma vez) a forma autoritária do processo de definição do currículo.

Na verdade existe uma discussão do documento que vem se realizando de forma, no mínimo, suspeita. O Ministério encaminhou a algumas instâncias (Universidades, Delegacias de Ensino) o seu documento para que dessem seus pareceres. Em conversas informais verificamos que existe um certo consenso nesses pareceres acerca das críticas ao documento do Ministério principalmente quanto à inexistência de um processo transparente e democrático de discussão no que diz respeito à elaboração dos PCNs. Sabemos que a elaboração dos Parâmetros Curriculares se restringiu, mais uma vez, aos gabinetes do Ministério e a um grupo de professores da Escola da Vila em São Paulo. Teme-se que a discussão tal como vem sendo encaminhada signifique uma (falsa) legitimação do processo de elaboração desses parâmetros. É o que coloca, por exemplo, o parecer do Fórum Estadual de Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul: “dadas as condições proporcionadas de acesso ao material de estudo, de tempo previsto para a discussão e as opções feitas para chamamento de parceiros para os trabalhos, não houve envolvimento da ampla maioria dos professores, tanto das redes públicas, quanto da rede privada de ensino, bem como não houve tempo para uma análise aprofundada que contasse com a participação da comunidade escolar como um todo (...) semelhante ritmo e encaminhamentos dados ao processo levantam a suspeita de um trabalho que, ao se pretender inspirado no planejamento participativo, apenas aparenta participação, sem na prática realizá-la.”

Um outro aspecto a ser sublinhado diz respeito à separação entre concepção e execução. Mais uma vez os professores são transformados em consumidores/executores de práticas pedagógicas elaboradas fora das salas de aulas e das escolas. Segundo Apple (apud Moreira) a consequência disso é que os professores vêm a depender cada vez mais dos especialistas que lhes dizem o que fazer, e acabam desconfiando do conhecimento que adquiriram ao longo dos tempos. Isso significa a

desvalorização do saber da experiência, a perda de seu poder/autonomia e da perspectiva de um trabalho crítico/reflexivo sobre suas práticas.

Ainda buscando a relação entre os parâmetros e os professores, um outro aspecto a ser levantado, é o que se refere aos programas de formação continuada de professores expressa no documento introdutório do Ministério que supervaloriza o uso de sistemas de educação à distância através da TV Educativa. Espera-se, que por meio desses programas os professores recebam “pacotes” de treinamento que divulgam técnicas, procedimentos e competências a serem seguidas. Segundo Antônio Flávio B. Moreira, em seu artigo intitulado “Parâmetros curriculares nacionais: em busca de alternativas”: “programas de aperfeiçoamento precisam contar, em seu planejamento, com a participação do público a que se destinam, ou seja, professores e professoras. Caso contrário, dificilmente serão aceitos por esses profissionais. (...) Defendemos programas de aperfeiçoamento que tenham por propósito, mais que instrumentalizar os professores no domínio de habilidades, auxiliá-los a analisar, conceber e desenvolver integrada, crítica e criativamente suas práticas pedagógicas.”

A questão da produção de material didático é um outro aspecto importante. Segundo os PCNs esse material deverá ser elaborado a partir de uma política de colaboração com os editores e suas equipes técnicas, para discutir o tipo de material necessário para o desenvolvimento curricular em cada área bem como para a formação dos professores. Sabemos que ao nível da realidade das salas de aula, os livros didáticos e outros produtos destinados à instrução, têm mais influência que os próprios professores. O que se quer então é mais uma vez reforçar/legitimar o mercado editorial desconsiderando-se as inúmeras experiências didático pedagógicas desenvolvidas por professores em todo o país. Mais uma vez não se leva em conta o potencial criativo dos professores que poderia ser efetivado se tivéssemos uma política de incentivo a produção desse material a partir, por exemplo, da existência de espaços de criação nas próprias escolas.

Finalizando gostaríamos de citar ainda uma vez Moreira: “se o que se quer é um professor comprometido com a investigação e o aprimoramento de sua prática, há que se desejar capacidade crítica e não subordinação a prescrições, há que se ter como indispensável a participação do professor no processo de pensar e de fazer currículo. (...) Importa então, no caso específico dos parâmetros curriculares nacionais, não desistir, buscar desocultar os interesses envolvidos na decisão, forçar o diálogo, estimular a discussão e construir formas alternativas ao enfoque neoliberal de currículo nacional.”.

FÓRUM ESTADUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - RS - OF. 013/96

MOREIRA, Antônio Flávio B. Parâmetros curriculares nacionais: em busca de alternativas. *Revista de Educação AEC*, 1995

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In NÓVOA, A. (Coord.) *Os professores e sua formação*. Publicações Dom Quixote – Instituto de Inovação Educacional, Lisboa, 1992

Ministerio da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental*, Documento Introdutório, 1995.

SACRISTÁN, J.Gimeno. Consciência e ação sobre a prática como libertação profissional dos professores. In NÓVOA, A. *Profissão professor*, Porto Editora, Porto, 1995

* Professora nas Faculdades Teresa Martin – SP e Coordenadora da Comissão Nacional de Ensino - AGB-DEN.